



A Polêmica contra o Politeísmo

The Polemic against Polytheism

Edward Butler¹

Tradução e notas por
Otávio Souza e Rocha Dias Maciel²

Possível resumo³

“Neste ensaio, discuti quatro táticas que têm sido historicamente empregadas para negar a existência e a validade do culto politeísta – e para promover a ideia da supremacia e da inevitabilidade do monoteísmo. A primeira envolveu a apropriação indiscriminada de doutrinas filosóficas sobre a natureza do ser, a fim de reformulá-lo como um corpo de argumentação para a existência de um ser supremo. A segunda envolveu a interpretação errônea dos Deuses “criadores” dentro dos panteões, como se desempenhassem um papel análogo ao do criador monoteísta – interpretação esta que, entretanto, perde seu sentido a menos que Estes sejam considerados em exclusão dos outros Deuses. A terceira envolveu a interpretação errônea da natureza policêntrica de politeísmos atualmente existentes, como se fossem expressões de um monoteísmo subjacente, ou um estado de transição para o monoteísmo. A quarta envolveu a atribuição do politeísmo às massas ignorantes, enquanto a elite era considerada monoteísta”.

Palavras-Chave: Metafísica e Teologia. Religiões Politeístas.
Teoria Decolonial da Religião. Religiosidade Grega Antiga.

¹ Edward Butler é doutor em Filosofia pela New School for Social Research em Nova York. Atualmente é Diretor do Centre for Global Polytheist and Indigenous Traditions, Indic Academy. Website: <https://henadology.wordpress.com>. Texto original: BUTLER, Edward. The Polemic against Polytheism. In. Indica Today. September 1st, 2021. Disponível online: <https://www.indica.today/long-reads/the-polemic-against-polytheism/>. As notas de rodapé marcadas com NT são de nossa autoria – as demais são do próprio professor Butler. As divisões das seções do texto são sugestões nossas.

² Doutor em Filosofia pela linha “Epistemologia, Lógica e Metafísica” do PPGFIL/UnB. Mestre em Teoria do Direito e Direito Global pela European Academy of Legal Theory (Goethe-Frankfurt/ULB-Bruxelas). Bacharel em Filosofia e em Direito, ambos pela UnB. Professor voluntário de Teoria do Direito e domínios conexos na Faculdade de Direito (UnB). Fundador e coordenador do grupo de pesquisa *Assemblagem – Conexões Filosóficas*, membro do GT de Ontologias Contemporâneas (ANPOF). Contato: oe.maciel@gmail.com

³ NT: Como o texto originalmente apareceu em uma publicação online sem resumo, selecionamos este parágrafo, o penúltimo do texto, para servir de apresentação que sumariza os propósitos do texto. As palavras-chave também são de nossa atribuição.

Mais de um século atrás, William James disse que "a palavra 'politeísmo' geralmente é ofensiva, então talvez seja melhor não usá-la"⁴, mas não podemos nos dar a este luxo. O termo "politeísmo", alguns podem se surpreender ao saberem disso, antecede o termo "monoteísmo" em pelo menos 1.600 anos, mesmo numa estimativa moderada. O uso mais antigo do termo ocorreu em Ésquilo⁵, mais de 2.000 anos antes. Nesta ocasião, era algo puramente descritivo, referindo-se a um santuário dedicado a muitos Deuses, que é, portanto, denominado πολύθεος (*polytheos*)⁶. O termo foi empregado pela primeira vez para distinguir entre tipos de religiões por Fílon de Alexandria⁷, no primeiro século d.C., que o usa em diversas ocasiões para se referir àqueles que não adoram o Deus de Abraão, mas sim seus muitos outros Deuses⁸. O termo provavelmente teve algum histórico de uso entre o fragmento de Ésquilo até Fílon, mas não há registros. O termo "monoteísmo", ao contrário, é cunhado no século XVII, em contraste explícito com o "politeísmo" e também com o "ateísmo". Embora inicialmente descritivo, o termo "politeísmo" passou a estar, pelo menos desde Fílon, envolvido numa polêmica, que continuou interminavelmente por dois milênios e, durante todo este tempo, dramaticamente foi ampliado em seu escopo e implicações. Como resultado, dificilmente podemos considerar essa polêmica como algo em relação à qual qualquer pessoa possa simplesmente se abster.

Todas as tradições indígenas⁹ do mundo são *descritivamente politeístas*, ou seja, têm muitos objetos de respeito religioso, com nomes e representações diferentes. Digo "descritivamente" para começarmos com o uso simples que vimos em Ésquilo, que se referia a um santuário através do qual muitos Deuses são endereçados. Muitas dessas tradições descritivamente politeístas, incluindo aqui o hinduísmo, têm doutrinas ou práticas que têm sido consideradas, desde o surgimento da polêmica a respeito do politeísmo, como de alguma forma mitigando ou contradizendo tal politeísmo descritivo. Note que digo *desde o surgimento da polêmica*, porque em nenhuma dessas tradições tais práticas ou doutrinas tenderam à eliminação do culto descritivamente politeísta. Se fosse este o caso, dado o fato de que tais tradições são bastante antigas, presumivelmente elas,

⁴ "Pluralistic Universe", in. JAMES, William. Writings 1902-1910, ed. Bruce Kuklick, Novo, 1987, p. 771.

⁵ NT: Ésquilo viveu aproximadamente entre 525 e 456 a.C., nascido em Elêusis. É amplamente considerado um dos dramaturgos mais importantes da Grécia, chamado de pai da tragédia grega.

⁶ Cf. a peça *As Suplicantes*, 424: "me veja não arrebatada por este santuário a vários Deuses".

⁷ NT: יְדִידְיָה הַכֹּהֵן (Jededias), conhecido no mundo helenista como Fílon de Alexandria e, no medievo europeu, como Philo Judaeus, foi um importante filósofo judeu que incorporou temas filosóficos do estoicismo à exegese teológica da Torá, sendo um dos precursores da chave hermenêutica de que os textos sagrados têm caráter alegórico e não devem ser lidos literalmente.

⁸ Cf. *Sobre a Criação*, §61; *Confusão das Línguas*, §28/144; *Sobre a Mudança dos Nomes*, §37/205.

⁹ NT: A palavra *indigenous*, na língua inglesa, não significa apenas indígena, no sentido coloquialmente empregado no Brasil, mas se refere a povos autóctones ou "nativos", que pode se aplicar aos ameríndios, aos aborígenes australianos, ou até mesmo aos hindus na Índia, aos gregos em sua Era de Ouro, ou às tribos africanas.

há muito tempo, teriam deixado de ser descritivamente politeístas, ou então teríamos de presumir que essas doutrinas eram ineficazes.

Às vezes, essa é, de fato, a suposição tácita, baseada em uma odiosa distinção entre uns poucos iluminados e as massas ignorantes, que é uma premissa sociológica forte e que requer sua própria argumentação independente. Neste ensaio, tratarei da história da polêmica antipoliteísta, bem como discutirei alguns dos fatores que supostamente tornam uma tradição apenas aparentemente politeísta, e explicarei por que não apenas não precisamos considerar tal polêmica como o caso, mas também não devemos. Não podemos ignorar o fato de que qualquer tradição que seja descritivamente politeísta também está em perigo precisamente por causa disso frente às tradições monoteístas, bem como frente a um ateísmo que compartilha com o monoteísmo uma antipatia pelo politeísmo, e que herdou do monoteísmo muitos de seus privilégios e prerrogativas em contextos seculares.

O primeiro e mais importante elemento que muitas vezes é tratado como algo que torna o politeísmo descritivo numa tradição superficial é uma doutrina que diz respeito à natureza da realidade, que é assumida pelos intérpretes modernos como tendo prioridade sobre a existência dos Deuses simplesmente pelo fato de que a realidade poderia, assim, ser caracterizada por um termo singular, tal como *ὄν* ou “Ser” em grego; *ब्रह्म* (*Brahman*) em sânscrito; e *道* *Dào* em chinês. Me concentrarei primariamente da concepção grega por ser minha área de atuação e também devido à sua centralidade na tradição ocidental que se tornou hegemônica globalmente¹⁰.

O primeiro filósofo grego a falar do “Ser” como tal foi Parmênides, que o faz a partir da experiência visionária de uma Deusa, que claramente se posiciona como pertencente a um campo de outras divindades. Como tal, não há nenhum ímpeto em Parmênides em direção ao monoteísmo como resultado da doutrina do ser, apesar de seu escopo universal. Tales, outro importante pensador grego antigo, conhecido por postular uma única substância em todas as coisas, também afirma que “todas as coisas estão cheias de Deuses”. Heráclito expressa sentimento semelhante quando afirma que “também aqui estão presentes os Deuses”.

Os grandes filósofos da tradição dominante da filosofia grega, Platão e Aristóteles, apesar do que muitos relatos descuidados de seu pensamento possam alegar, oferecem vários atestados de piedade a respeito dos Deuses de sua tradição, e nenhuma declaração sequer de monoteísmo. Este é um ponto crucial, no qual as coisas acerca das quais tais filósofos falam e que são apenas relativa ou comparativamente divinas, ainda assim, devem sua sacralidade à afirmação inequívoca da existência e divindade dos Deuses reais. Tais coisas não são vistas como sendo “Deus” em nenhum sentido do termo. Apesar disso, os modernos veem tais coisas como se constituíssem uma teologia monista ou monoteísta, em detrimento à tradição religiosa real à qual estes homens

¹⁰ Cf. meu ensaio “*The Gods and Brahman*,” *Walking the Worlds* 4.1, Winter 2017, pp. 18-36.

vociferantemente declaram seu pertencimento. No mais raro dos casos, um autor moderno será franco o suficiente para confessar que enquanto Platão, por exemplo, não nomeia a Ideia do Bem como “Deus”, o moderno diz que ele *deveria ter*, e que “teologia”, que significava para Platão um discurso sobre os muitos Deuses deveria, em vez disso, ser tomado no sentido que tem hoje para os teólogos cristãos. Assim, tudo o que quer que seja em Platão que responda mais de perto a essas expectativas cristãs deve ser tratado como a “teologia” de Platão – ao invés daquela que é, indiscutivelmente, a sua própria teologia.

De fato, a “teologia”, como é conhecida no mundo acadêmico moderno, é uma pseudociência anômala. Em todos os outros casos, o nome de uma ciência denota uma classe de objetos, como no caso da “biologia”, que pertence à classe dos seres vivos, ou as biotas. “Teologia” deve, portanto, referir-se à classe dos Deuses, θεοί (*theoi*) em grego, e não a um “Deus” que é presumido como singular. Se a biologia fosse construída à maneira da teologia acadêmica moderna, ela insistiria na existência de um único ser vivo supremo. Em contraste, em Platão e Aristóteles, o termo teologia se refere a um discurso concernente aos Deuses coletivamente, a classe de imortais vivos que escolheram revelar a Si mesmos aos mortais e são adorados no culto tradicional¹¹. Portanto, para Platão e Aristóteles, os *theologoi* ou “teólogos” são os poetas, os sacerdotes e os mistagogos¹², e o discurso próprio da “teologia” é aquele do mito e do ritual – e este é o significado de “teologia” ainda em Prócuro, 800 anos depois.

Um aspecto particularmente importante da discussão a respeito da doutrina do ser nos filósofos gregos é a doutrina platônica do Uno, o princípio da individuação, que é cuidadosamente distinguido do ser. O Uno, que não é, nem é [numericamente] um em si mesmo (Platão, *Parmênides*, 141e), é, na verdade, a causa para que tudo mais seja [numericamente] uma coisa – isso está em contraste com o Ser, que expressa, ao contrário, a maneira pela qual tudo é *uma coisa* ou *uma substância*¹³. A doutrina platônica, ao separar a causa da unidade em relação à causa do ser, torna impossível que a unidade qualitativa do ser assolape a multiplicidade numérica das coisas. O propósito do Uno no pensamento platônico, assim, é fundar a multiplicidade das coisas, não as subsumir: é o princípio da individuação – nada mais, nada menos.

De fato, o não-ser do próprio Uno, que é estabelecido pela investigação dialética do diálogo mais importante de Platão, o *Parmênides*, nomeado em homenagem ao pai do estudo grego do Ser, torna impossível que o Uno seja considerado qualquer tipo de objeto último em seu próprio direito. Portanto, o maior desenvolvimento da filosofia grega, que

¹¹ Platão: *A República*, 379a. Aristóteles: *Meteorologia*, 353a35; *Metafísica*, 983b29; 1000a9-11; 1071b26-28; 1075b24-7; 1091a33. Veja também BODÉÛS, Richard. *Aristotle and the Theology of the Living Immortals*. Albany: SUNY Press, 2000, p. 34-9.

¹² NT: Os mistagogos eram uma classe de sacerdotes que guiava os iniciados nas cerimônias e rituais, ensinando os mistérios e ritos para os que estavam começando. Funcionavam como mestres ou mentores.

¹³ NT: Em inglês há a diferença entre o artigo indefinido *a/an*, e o numeral *one* – diferença perdida no português. Neste caso, Butler se refere a 01 coisa ou 01 substância.

ocorreu dentro da tradição platônica, torna impossível a identificação de qualquer um de seus dois princípios mais elevados, o Uno e o Ser, como qualquer tipo de divindade monoteísta, seja de caráter transcendente ou imanente. O Uno, como princípio de individuação, impede que a unidade do Ser colapse tudo em um único objeto; enquanto a própria negatividade do Uno impede que, por sua vez, ele seja tomado como se fosse um objeto singular. Os dois principais tipos de monoteísmo, a saber, a variedade transcendente adotada pelas correntes dominantes do cristianismo e do islã; e a variedade imanente, frequentemente conhecida como “panteísmo” (outro neologismo moderno), são bloqueadas de antemão pelas estruturas fundamentais da metafísica grega antiga mais avançada.

Voltemos por um momento à consideração do monoteísmo imanente, ou “panteísmo”, que trata a unidade qualitativa do Ser como se fosse, ela mesma, o ser supremo. O termo panteísmo, embora inicialmente cunhado no final do século XVII no contexto de polêmicas internas ao cristianismo, tem sido amplamente aplicado retrospectivamente a antigas tradições politeístas, bem como a tradições descritivamente politeístas contemporâneas, a fim de apresentar essas tradições como não tendo verdadeiras convicções existenciais em seus deuses, mas apenas em uma substância singular das coisas.

Antes de qualquer discussão sobre os detalhes reais de qualquer doutrina em particular, no entanto, devemos primeiro lutar contra o colapso da filosofia e da teologia, que é pressuposto pela afirmação de que uma doutrina filosófica relativa à substância das coisas é, por sua própria natureza, uma doutrina sobre o número de Deuses. Sabemos que, historicamente, este não era o caso. As culturas nas quais doutrinas como o *Brahman* ou o *Dào* foram propostas têm sido, ao longo de sua história, maciçamente culturas descritivamente politeístas. Tais doutrinas, portanto, nem desencorajaram a adoração de diversos Deuses já reconhecidos na época em que tais doutrinas foram promulgadas pela primeira vez; nem, apesar de sua importância em suas respectivas tradições, inibiram tais culturas de aumentarem seus panteões de forma significativa e constante ao longo de todo o tempo desde então.

Mesmo aqueles pensadores que apresentam as formas mais extremas de monismo não argumentaram pela inexistência dos Deuses de sua tradição. Até a posição de que apenas uma coisa existe (que está longe de ser a posição “monística” mais comum) não se aplica a nenhuma classe particular de entidades mais do que a outra. Isso significa dizer que mesmo o monismo mais extremo não faz nenhuma referência especial alguma ao número de Deuses e não pode, portanto, ser presumido como constituindo qualquer tipo de monoteísmo na ausência de qualquer afirmação positiva disso. Mesmo em tal doutrina extrema, qualquer ordem relativa de não-seres estabelecerá os Deuses como as

coisas mais reais, especialmente na medida em que nenhum pensador será tão simplista a ponto de considerar seu princípio último como se fosse qualquer tipo de "coisa"¹⁴.

Traduzindo os conceitos mais importantes da tradição filosófica de uma civilização para outra, com um conjunto estranho de termos, jamais pode ser considerado como algo simples, ou como um processo transparente. Isso é ainda mais o caso quando um choque de civilizações e uma verdadeira guerra de religiões estão em andamento há séculos. Dificilmente se pode negar que as táticas usadas no Ocidente para deslegitimar suas próprias tradições politeístas enquanto se apropriam, para fins cristãos, das doutrinas dos filósofos politeístas, foram também colocadas em prática novamente em relação às civilizações politeístas que a cristandade na era moderna encontrou na Ásia, na África, nas Américas e na Oceania. Portanto, uma compreensão dessa história é essencial para qualquer tentativa de tradução entre qualquer uma dessas tradições e aqueles que gostariam de as eliminar.

É uma questão de registro histórico que já no século III d.C., o primeiro momento no qual o monoteísmo cristão se tornou uma tendência perceptível para vários no Império Romano, o grande filósofo platônico Plotino, um egípcio, se engajou numa crítica rigorosa daqueles que, em suas palavras, “contraem o divino em um” (*Enéadas*, II.9.9.36-7), e atribui a seus alunos a responsabilidade de continuar este esforço contra tal tendência (*De Vita Plotini*, 16). Assim o fizeram, com uma urgência cada vez mais a cada geração posterior à medida que os cristãos assumiam o poder no Império e consolidavam sua posição. A resistência deles só acabou por conta de uma legislação imperial em 529, o qual proibiu completamente que os não-cristãos fossem professores públicos, resultando em um êxodo de filósofos platônicos através da Cortina de Ferro de seus dias, para se refugiarem no Irã. Deste ponto em diante, os cristãos e, mais tarde, os muçulmanos, estavam livres para fazer o que quisessem com este legado filosófico, sem medo de serem contraditos. Doutrinas concernentes à *natureza do Ser* foram transformadas, assim, em doutrinas que apoiavam a noção de um *ser supremo*. Esta transformação fundamental da própria missão da filosofia requeria o silenciamento dos próprios filósofos.

É possível que Plotino tivesse uma visão antecipada do perigo do monoteísmo devido à propagação precoce do cristianismo no Egito. Na verdade, seu próprio professor, Amônio Sacas¹⁵, foi um cristão que voltou para o politeísmo. A longa e amarga luta entre

¹⁴ NT: Butler está aqui fazendo referência, novamente, à distinção platônica entre Ser (uma coisa, um objeto, um ente específico) e o Uno (um princípio). Numa analogia jurídica, o princípio da legalidade no direito civil-constitucional não é uma licença feita para que eu, *aqui e agora*, faça ou não faça alguma coisa. O princípio não se esgota em um caso específico, visto que ele, em si, não é uma “coisa” ou um “objeto”. Ainda que todas as impressões da Constituição da República fossem destruídas (a aniquilação de objetos particulares), o princípio da legalidade, ao lado de todos os outros princípios constitucionais, perduraria; antes, durante e depois de eu, aqui e agora, gozar da liberdade disso ou daquilo. Ou seja, o exercício do princípio não o exaure, assim como o Uno não “cabe” em uma coisa, em 01 ser, em 01 objeto.

¹⁵ Amônio viveu entre 175 e 242. Vindo de um lar cristão, após estudar a filosofia grega pagã, decide se converter à religião grega originária. Porfírio, discípulo de Plotino (este que, por sua vez, foi o mais famoso

crístãos e filósofos no final da Antiguidade desmente qualquer noção de que a filosofia era uma preparação para o monoteísmo. Ao contrário, um filósofo da Antiguidade tardia era considerado pelos cristãos como um “pagão”, termo que não significa “rústico”, como muitas vezes se afirma, mas antes se referia ao reconhecimento dos Deuses dos panteões nacionais como oposto ao Deus cristão universal (em grego, καθ’όλικός, *católico*). Isso é mais facilmente reconhecido pelo termo correspondente usado pelos cristãos de língua grega, que se referiam aos “pagãos” como τὰ ἔθνη (*ta ethnē*), “as nações”; e, aos adeptos das tradições politeístas, como ἔθνικοί (*ethnikoi*).

Nem seria particularmente controverso, pelo menos entre aqueles com genuíno conhecimento da área, apontar que o estágio de avanço alcançado pelos últimos filósofos platônicos politeístas da Antiguidade tardia não foi superado durante a era da hegemonia cristã. Na verdade, Tomás de Aquino, no final do século XIII, estava aguardando ansiosamente as últimas traduções de Prócuro, um filósofo politeísta que havia morrido há quase 800 anos, como se fosse nós, hoje, esperando pelas últimas transmissões vindas de uma sonda espacial do profundo espaço sideral.

Assim sendo, os membros de tradições indígenas descritivamente politeístas sobreviventes devem ser altamente resistentes em relação às reivindicações evolucionárias feitas em nome do monoteísmo, a saber, de que ele representa um estágio mais avançado de pensamento. Devem também ser desconfiados quando se alia suas próprias tradições à suposta inevitabilidade histórica do monoteísmo. Em vez disso, eles deveriam se perguntar se não estariam ajudando a inclinar a balança exatamente no momento da história no qual a hegemonia monoteísta, encontrando-se em crise, passa por uma necessidade vital de requerer o voluntário autossacrifício daqueles em nome da causa monoteísta.

Se olharmos para trás, para a situação da cristandade no início da era moderna, vemos que ela passava por batalhas internas e externas. Internamente, fora abalada pela redescoberta dos textos da antiguidade pagã e pelo avanço das investigações científicas, interrompidas desde o advento da hegemonia cristã no final da Antiguidade. A situação de Giordano Bruno é exemplar dessas duas condições. O contato de Bruno com os textos gregos antigos que, à época, estavam recentemente disponibilizados para o Ocidente devido à queda de Bizâncio – ao lado das investigações científicas de ponta vindas de Copérnico (das quais Bruno reconheceu as consequências ontológicas muito antes que

aluno de Amônio) relata que Amônio deve ter tido contato com o Vedanta e com as religiões originárias da Índia e do Oriente, provavelmente de onde vem seu cognome “Sacac”, em referência aos Sakyas, uma das famílias indianas relacionadas ao hinduísmo e ao budismo. Retorna para Alexandria e começa a ensinar filosofia e teologia oralmente, e não deixou nenhum escrito. A conexão das teologias originárias com os temas do platonismo, uma marca registrada de Amônio e seus discípulos, é o que a historiografia alemã da filosofia emprega para distinguir entre o médio-platonismo e o neoplatonismo, corrente esta que dominará os próximos séculos da filosofia helenista e do medievo europeu (com influências significativas também entre os árabes).

aquele autor ele mesmo), levaram Bruno a se converter do cristianismo ao paganismo. Como resultado, foi queimado na fogueira no ano de 1600.

O cisma entre católicos e protestantes, além disso, lançou uma mortalha de dúvida radical sobre a inteireza do projeto cristão. Em particular, a ideologia protestante se identificou como a voz do verdadeiro monoteísmo, alegando que tanto o catolicismo como o judaísmo representavam um credo insuficientemente universal – portanto, credos superados que, como tal, falharam em completar a derrota do politeísmo. O protestantismo, portanto, se apresenta como encarnando o ímpeto contínuo do movimento cristão original. Não é por acaso, portanto, que o termo "monoteísmo", distinto de qualquer tradição monoteísta particular, foi cunhado nesta era, quando um imenso corpo de tradições foi posto de lado a fim de manter a trajetória em direção a um foco cada vez mais purificado sobre uma divindade singular. De fato, há ainda muito mais que poderia ser dito sobre as várias maneiras pelas quais o movimento protestante essencialmente empreende projeto de um monoteísmo cada vez mais rigoroso, bem como sobre as consequências que isso teve para a modernidade ocidental.

Esta intensificação da hegemonia monoteísta, no entanto, não surgiu apenas em resposta à crise interna da cristandade, mas também aos desafios externos. É importante lembrar que o cristianismo, em menos de 400 anos desde que se tornou a religião oficial do Império Romano, havia perdido metade de seu território para um novo credo monoteísta e jamais o recuperou¹⁶. A imposição do cristianismo entre as tribos germânicas sob os governantes carolíngios se seguiu após esta perda devastadora, o que exigiu medidas repressivas severas e incitou a resposta furiosa dos ataques Vikings. O cristianismo só foi totalmente imposto na Escandinávia e na região do Mar Báltico através das Cruzadas do Norte, ao longo dos séculos XIII e XIV¹⁷. A descoberta de antigas civilizações politeístas intactas e contínuas na Ásia, na África e nas Américas, neste aspecto, não poderia ter acontecido em época pior para a cristandade. A disputa entre o cristianismo e o islamismo, por mais amarga que tenha sido, serviu pelo menos para reforçar para ambos os combatentes o valor absoluto do monoteísmo e da revelação abraâmica, esta, que foi seu veículo no mundo. Muito pior foi o espectro de *irrelevância* que o cristianismo enfrentou no novo e mais amplo cenário global.

¹⁶ NT: Butler aqui faz referência ao surgimento do movimento do maometanismo no século VII que logo se expande por metade de todo o "mundo conhecido" da perspectiva europeia ocidental – religião esta que será institucionalizada com o nome الإسلام (Islām, que, no árabe, significa "submissão" a Alá) ao longo das pregações e conquistas de Maomé. É especialmente notável que o Egito, lugar da profusão precoce do cristianismo para milhões de novos adeptos, logo se tornou quase totalmente muçulmano nos primeiros séculos da expansão militar, começando com o "Califado Ortodoxo" ou *Rāshidah*, que conquistou o Egito menos de vinte anos após a morte de Maomé.

¹⁷ NT: Embora as Cruzadas contra os muçulmanos sejam de conhecimento comum entre os ocidentais, as Cruzadas contra os pagãos têm sido tão omitidas da história comum que a vasta maioria no Ocidente sequer ouviu falar destas. Tendo em vista o fracasso em conter o islã ao leste e ao sul, os cristãos viraram suas armas para o Norte da Europa, promovendo massacres e conversões forçadas por séculos em nome da fé.

Este é o contexto essencial para o surgimento do projeto do monoteísmo como tal, isto é, como missão de pensamento e como suposto progresso evolutivo da consciência humana, algo que transcenderia até o cristianismo, embora preservasse os princípios mais importantes da fé cristã. Esse projeto exigia, como sua prova de conceito, que o monoteísmo não fosse uma característica de algum credo histórico particular que havia alcançado o domínio através de fatores históricos contingentes. Exigia que o monoteísmo fosse algo inato ou primordial – assim, sua adoção não seria considerada uma pura novidade¹⁸; embora fosse, ao mesmo tempo, apresentado como algo emblemático da modernidade, do progresso e do avanço científico. Assim, teria de ser o caso que o monoteísmo fosse encontrado, de alguma forma, tanto em povos considerados os mais primitivos em comparação com os europeus, mas, também, pelo menos em certa medida, nas obras daqueles que os europeus não podiam deixar de considerar como o “altas” civilizações da Índia e da China. Esse reconhecimento incipiente, de necessidade absolutamente ideológica, determinou a abordagem através da qual os europeus faziam contato com as culturas não-ocidentais.

A ideia de uma chamada "teologia natural", uma revelação monoteísta primordial concedida a todos os povos, foi crucial neste esforço. Os cristãos já haviam feito uso dessa noção na Idade Média, a fim de afirmar que indivíduos selecionados que viveram antes da propagação do Evangelho (ou fora de seu alcance) receberam um *insight* privilegiado da natureza do único Deus verdadeiro¹⁹. Esta noção de um monoteísmo original ganhou vida nova na Modernidade através da disciplina da etnografia ou da “antropologia”, que foi fundada nesta mesma tentativa de domesticar, por meio da investigação “científica”, o novo e muito mais amplo horizonte de mundos da vida dos “pagãos”, estes que os europeus estavam encontrando e tentando controlar. Aqui, o projeto do monoteísmo original adquiriu um verniz de cientificidade, ao mesmo tempo em que estabeleceu diretrizes claras com antecedência em relação ao que as ciências humanas deveriam encontrar, isto é, no que a “natureza humana” deveria consistir.

Há, de fato, uma longa história que precisa ser contada sobre a maneira pela qual esse projeto monoteísta fomentou a forma distintamente moderna de racismo que, ao

¹⁸ NT: Esta estratégia de naturalização do monoteísmo, mesmo aqui, não é tão nova quanto parece. Lactâncio, pensador cristão e conselheiro do Imperador Constantino, cunhou a palavra *religare*, re+ligar, para simbolizar que esta suposta “religião universal” nada mais faria do que religar, reconectar os humanos à doutrina do pecado original válida universalmente (dado que todos eram filhos do mesmo “Criador”) – doutrina esta que havia sido obscurecida pelas “religiões étnicas”.

¹⁹ NT: Butler faz referência ao polêmico conceito de “pagãos virtuosos”. Diversos teólogos da Antiguidade tardia e da idade média europeia, fascinados com as contribuições de importantes figuras pagãs, diziam que, embora estes tenham nascido antes de Jesus, de fato viveram vidas virtuosas, apesar da ignorância da Salvação. No medievo europeu isso gerou a controvérsia de como lidar com as almas destes pagãos virtuosos visto que, sem Salvação, não poderiam ir para o Céu – embora também não merecessem ir para o Inferno. Em resposta, a doutrina do Purgatório foi estabelecida, onde as almas de pessoas como Sócrates, Platão, Virgílio e Otávio Augusto poderiam ser localizados (sem ser o Céu, mas sem ser o Inferno). Pode-se afirmar que um termo funcionalmente similar a “pagão virtuoso” é o termo racista “negro da alma branca”, ambas expressões hediondas vindas daqueles que ocupam hegemonias supressivas.

mesmo tempo, negava a humanidade daqueles que não eram reconhecidos pelo Deus Único (eles que, por sua vez, também não O reconheciam), enquanto em outro momento, usando a noção de um monoteísmo original para sustentar a promessa de perfectibilidade, à luz da qual qualquer crueldade era justificada no presente. Tal promessa era também empregada para minar qualquer tradição indígena sobrevivente como, ironicamente, inautêntica. Inerente à noção de uma "teologia natural" primordial é a degeneração e a não-naturalidade de qualquer religião real dada e, portanto, a depravação de seus adeptos – visto que tal religião não se assemelha ao suposto ideal. Além disso, a teoria abre todo um campo de especulação histórica sobre as relações de poder que deram origem às instituições religiosas decadentes, humanas, demasiadamente humanas. A noção de um monoteísmo puro e original, um estado ideal de espiritualidade que existia naturalmente no passado distante e seria restabelecido pela ação humana no futuro, foi e continua sendo talvez a mais poderosa ferramenta do projeto colonial.

Essa tática, neste sentido, foi aplicada por todo o mundo afora. Não obstante, naqueles lugares, como a Índia e a China, nos quais estava além do poder da cristandade de erradicar totalmente as religiões indígenas, ou de apagar os registros escritos de suas realizações intelectuais, uma tática dupla foi adotada. Primeiramente, argumenta-se que a elite intelectual dentro dessas culturas sempre foi monoteísta e, ao mesmo tempo, que o sacerdócio nativo, que preservou e transmitiu o pensamento desses pensadores supostamente monoteístas, mas que claramente não se tornaram monoteístas eles mesmos, foi denunciado como uma instituição fraudulenta que serve apenas a si mesma, meros abusadores da população. Assim, dizem que o sacerdócio nativo distorceu deliberadamente a sabedoria antiga que não serviria aos seus interesses próprios e ao seu desejo de poder. O erudito ocidental, portanto, emerge como um leitor mais preciso dos textos antigos dessas tradições do que qualquer nativo poderia ser – pelo menos enquanto a presença distorcida da tradição indígena politeísta viva ainda não tivesse sido eliminada.

A este respeito, a abordagem ostensivamente secular e "científica" dos antropólogos, filólogos e historiadores do pensamento e da religião é revelada como essencialmente unida ao projeto missionário cristão. Não é por acaso, por exemplo, que encontramos numa mesma família Alfred North Whitehead, autor de uma filosofia supostamente progressista do monoteísmo imanente – um panteísmo que tem sido amplamente arregimentado como o intérprete privilegiado do pensamento não-ocidental; e Henry Whitehead, o Bispo de Madras, demonstrando vividamente como os termos do debate têm sido restringidos com o monoteísmo transcendente do clero por um lado, e com o monoteísmo imanente, ou panteísmo, do "livre pensador" por outro, enquanto a própria existência do politeísmo é negada²⁰. A ilusão de uma aberta e vigorosa

²⁰ NT: Como um estudioso tanto dos Estudos Pagãos quanto da filosofia do organismo de Alfred N. Whitehead, sinto que muito deveria ser dito a este respeito, o que demandaria um artigo inteiro em seu próprio direito. Não obstante à visível antipatia de Butler para com Whitehead, este filósofo britânico

troca de ideias é assim criada ao se garantir que o monoteísmo será vitorioso, independentemente do resultado do debate. Essa é a própria essência da hegemonia intelectual.

Por esta razão, qualquer posição que argumente que a visível multiplicidade de divindades em uma tradição é meramente aparente, mesmo se tal posição se apresente como uma interpretação de ideias internas a essa tradição. Neste sentido, tal posição não pode ficar em paz, em termos de não ser interrogada a respeito de sua participação no apagamento e na eliminação das tradições politeístas indígenas em todo o mundo – visto que tal posição não está mais operando meramente dentro daquela tradição, mas, sim, em um cenário mundial. As escolhas de interpretação envolvem escolhas éticas e relações de poder as quais a epistemologia não oferece desculpa alguma para ignorar.

Embora a questão da má interpretação das doutrinas do ser ou da substância provavelmente tenha significância mais direta para a situação do hinduísmo²¹, especialmente dado o peso que a interpretação monoteizante da filosofia hindu recebeu não apenas na Índia, mas também em estudos comparativos que exercem pressão sobre outras tradições, há outras táticas intelectuais empregadas para suprimir o politeísmo que também devem ser mencionadas.

Uma delas é a inferência antipoliteísta retirada da mera existência de um Deus “criador” em qualquer tradição. Em primeiro lugar, é claro, isso depende do privilégio dentro das tradições abraâmicas dado ao papel de “criador”, em oposição a todas as outras formas de conceituar a atividade divina. Isso também ignora que frequentemente existem vários “criadores” e várias cosmogonias dentro de uma única tradição. Deixar de reconhecer a pluralidade de maneiras pelas quais até mesmo uma única tradição pode conceber a “criação” efetivamente reduz toda a noção de “criação” a uma pálida imitação das ciências físicas. Vale a pena ressaltar, a esse respeito, que a ideologia reducionista do cientificismo nada tem a ver com a prática científica real, sendo tal ideologia, indiscutivelmente, descendente do monoteísmo. As ciências naturais nunca estiveram em posição de fornecer interpretações adequadas das cosmogonias que, por sua vez, dizem respeito à *natureza do ser*, uma vez que as ciências naturais são essencialmente instrumentais. O próprio termo “teoria” deriva do grego θεωρία (*theoria*), que se referia

considerava “Deus” como um acidente da Criatividade. Esta, sim, é sua categoria última, que é uma intuição categorial que fala acerca da transformação do Uno no Múltiplo (e vice-versa). “Acidente”, neste caso, no sentido de que algo precisa ser retido para que o resto do universo inteiro se transforme (se não, nada se transforma). Whitehead, inclusive, se manifesta repetidamente ao longo de várias obras que a visão cristã sobre “Deus” é tal como uma corruptela populosa dos supostos poderes sobrenaturais de Júlio César, nada tendo a ver com a concepção da cosmologia whiteheadiana. Não obstante, em linha com as observações de Butler, concedo que não há motivo explícito, que não a suposta teologia natural moderna, para que este “algo retido” seja, necessariamente, numericamente um. Discorreremos sobre isso em outra oportunidade.

²¹ NT: O periódico online no qual Edward Butler publicou este texto é majoritariamente hindu – não obstante, o argumento do autor é que as táticas contra o hinduísmo, religião pagã ainda viva, já foram empregadas para destruir religiões pagãs antigas e/ou para deslegitimar o ressurgimento delas.

originalmente à experiência de contemplar os Deuses em seus festivais sagrados²². A experiência da teofania está não apenas historicamente, mas ontologicamente antecedente às práticas da construção de teorias nas ciências – teorias estas que ainda dependem, cada uma delas, de alguma metafísica tácita, uma metafísica que pode ser monoteísta ou politeísta. A recente tendência teórica conhecida como *cosmopolítica* reconhece explicitamente a pluralidade inerente de cosmogonias e ontologias não como visões parciais de uma realidade singular, mas como a criação viva da realidade ela mesma.

A questão da multiplicidade de cosmogonias dentro de uma única tradição e, com razão, em todo o multiverso de diversas tradições, a pluralidade essencial da cosmogonia como tal, colocam a questão mais profunda da natureza perspectivista ou policêntrica do politeísmo. É de tal modo que uma divindade que é literalmente tudo para certo devoto é, ao mesmo tempo, periférica para outro, sem por isso deixar de ser reconhecida como existente e merecedora de adoração. Embora este seja um estado de coisas que virtualmente define o politeísmo, ele tem sido comumente tratado na modernidade como se isso, de alguma forma, tivesse a implicação lógica de que os Deuses devessem, portanto, ser aspectos ou expressões de um único Deus. Assim, tal estado de coisas tem sido rotulado como se fosse algo categoricamente distinto do politeísmo por meio de termos como "henoteísmo" ou "monolatria", considerado um "estágio de transição" para o monoteísmo em relatos evolucionistas da história religiosa. O termo "henoteísmo", por exemplo, foi introduzido por Max Müller a fim de explicar o politeísmo dos Vedas, dizendo que sua policentricidade, ou seja, o fato de que ora um Devo, ora outro, era tratado como supremo, implicava num monoteísmo subjacente.

A falácia lógica aqui, no entanto, é evidente quando consideramos que se estamos lidando com perspectivas sobre um único objeto, ou sobre vários objetos – esta é a própria questão que aqui está em jogo. O argumento, portanto, um caso transparente de *petitio principii*, a falácia do "implorando a questão"²³. A comparação apropriada para o caso de múltiplos Deuses assumindo a posição de cada um deles ser visto como o mais eminente em textos como os Vedas não é a de um único elefante no qual cegos encostam em partes diferentes. A mais apropriada é a comparação de que os objetos parecem maiores quando o observador está mais próximo, e menores quando o observador está mais longe deles. Em nenhum dos casos o observador deixa de perceber algo com precisão: mais de perto, ele reconhece mais detalhes no objeto; à distância, ele observa as relações entre vários objetos em um espaço compartilhado. Ambos são essenciais para

²² NT: Curiosamente, a palavra "*theorós*" está associada a "*theos*", e o sufixo *-oros* dá o sentido de espectador, de público, de audiência, de "estar assistindo a".

²³ NT: O *petitio principii* é uma falácia informal que presume que a conclusão é sempre verdadeira, sendo, assim, falaciosamente aplicada nas premissas antes mesmo de serem avaliadas. É uma forma de argumento circular, conhecida entre os anglófonos na expressão "*begs the question*". Um exemplo político é dizer que todos que votam no candidato X são fascistas/comunistas, visto que fascistas/comunistas sempre votam no candidato X. Esta falácia é bastante comum e muito sedutora em discursos passionais e irracionais.

qualquer concepção de politeísmo que não seja artificialmente truncada, e a evidência da policentricidade pode ser encontrada em qualquer tradição politeísta suficientemente documentada.

Na tradição hindu, é claro, a natureza policêntrica da devoção védica forma um contínuo com as chamadas tradições “sectárias” do movimento Bhakti²⁴. A multiplicidade dos objetos dos Bhakti não é mais do que um fato meramente tão contingente quanto a multiplicidade de Devas nos Vedas e, como tal, não requer explicação alguma além de si mesma: existem muitos objetos de [amor devocional] Bhakti porque existem muitos Devas dignos desta devoção singular. De maneira semelhante, os antigos egípcios afirmavam que cada Deus é “único em sua maneira”, e os sacerdotes, no serviço de culto diário padrão, afirmavam isso, jurando ao seu Deus que “não igualei Sua natureza à de outro Deus”²⁵. As tradições politeístas emergem da posição básica da abertura à teofania para descobrir Deuses – e, tendo-os descoberto, para sustentar as condições de relação com Eles, reconhecendo a pessoa inefável de cada Deus como um valor intrínseco.

Relacionado a este último ponto sobre a personalidade dos Deuses está a questão da chamada “idolatria”. Uma das táticas mais comuns dos monoteístas, a fim de evitar falar até mesmo da existência putativa de muitos Deuses, é a de se referir aos politeístas simplesmente como “idólatras” porque eles fazem imagens de seus Deuses. Claro, não é o caso de que os politeístas *sempre* façam imagens de seus Deuses. Nem, é claro, há qualquer lógica que seja na noção de que sem alguma representação tangível não existiria uma multiplicidade de Deuses – visto que uma multiplicidade incorpórea, para começo de conversa, não pode ser individuada nem por imagens corporais, nem mesmo por nomes. Em vez disso, para o politeísta, estes servem para articular identidades que são distintas antes de qualquer conhecimento humano acerca Delas. Uma acusação comum dos monoteístas é que apenas as massas de mente fraca precisam de imagens sobre as quais elas devam concentrar sua devoção; enquanto o de mente sublime adora o Deus único. Podemos responder a isso com as palavras imortais de Porfírio, um grande filósofo e aluno de Plotino, que travou em sua época uma incansável resistência intelectual ao cristianismo: “Não é de se admirar que os mais ignorantes considerem as estátuas como madeira e pedra, da mesma forma que as pessoas analfabetas olham para as inscrições em um monumento como se fossem meras rochas; ou para as tábuas escritas como mera madeira; e os livros como meros papiros trançados” (*Sobre as Imagens*, fragmento 1).

²⁴ NT: O chamado “movimento Bhakti” era comum no sul da Índia no século VIII d.C., mas vai se popularizar para o restante do subcontinente indiano do século XV em diante em resposta à dominação monoteísta imposta pelos conquistadores muçulmanos no Norte. O movimento geralmente se apresenta como o “amor devocional” a uma divindade específica, geralmente centralizada em Vishu (Vaishnavismo), em Shiva (Shaivism), ou na figura da Deusa ou do Sagrado Feminino (Shaktismo), além de outras subcorrentes. Destas, a mais conhecida no Ocidente parece ser o Hare Krishna.

²⁵ HORNUNG, Erik. *Conceptions of God in Ancient Egypt: The One and the Many*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1996, p. 185.

A tática generalizada de se introduzir tal cisma em uma cultura, separando seus pensadores e a massa de seu povo, tem, além disso, um significado abrangente para o projeto colonial. Não importa, a este respeito, se esta elite recebe um valor positivo ou negativo, se eles são vistos como os poucos iluminados, ou como os agentes obscurantistas de dominação, uma vez que a integridade básica da sociedade já foi violada e, assim, seu poder de resistir foi debilitado. Basta olhar para o papel indispensável desempenhado pelo Vodum, o politeísmo africano transplantado do Haiti, na Revolução Haitiana, cujo sucesso abalou a Europa em seu âmago, para avaliar a importância atribuída pelas potências coloniais à dissolução dos laços entre um povo oprimido e os Deuses que são unicamente deles.

Neste ensaio, discuti quatro táticas que têm sido historicamente empregadas para negar a existência e a validade do culto politeísta – e para promover a ideia da supremacia e da inevitabilidade do monoteísmo. A primeira envolveu a apropriação indiscriminada de doutrinas filosóficas sobre a natureza do ser, a fim de reformulá-lo como um corpo de argumentação para a existência de um ser supremo. A segunda envolveu a interpretação errônea dos Deuses “criadores” dentro dos panteões, como se desempenhassem um papel análogo ao do criador monoteísta – interpretação esta que, entretanto, perde seu sentido a menos que Estes sejam considerados em exclusão dos outros Deuses. A terceira envolveu a interpretação errônea da natureza policêntrica de politeísmos atualmente existentes, como se fossem expressões de um monoteísmo subjacente, ou um estado de transição para o monoteísmo. A quarta envolveu a atribuição do politeísmo às massas ignorantes, enquanto a elite era considerada monoteísta.

Todas estas táticas têm suas raízes nas estratégias cristãs contra seus adversários politeístas – mas, mesmo assim, elas hoje se passam por teses seculares. Queiram os membros de tradições descritivamente politeístas, ou não, considerar a pluralidade de suas divindades como definitiva ou condicional, enquanto o estigma atrelado ao politeísmo permanecer, e enquanto a ideia de que o monoteísmo seja racional, natural, ou uma condição inevitável da humanidade não for questionada, as tradições deles estarão em perigo.